

■ OPINIÃO

EDITORIAL

Fazer mais para ativar a economia

- Brasil

O acordo emergencial firmado pelo governo, indústria automotiva e sindicalistas para redução da alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incidente sobre automóveis populares e médios é a segunda iniciativa — a primeira foi a tímida diminuição da taxa Selic, adotada nas duas últimas reuniões do Copom — da equipe econômica do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no sentido de dar uma injeção de ânimo na economia. A redução da alíquota do IPI, de 4 pontos percentuais até outubro, e de 3 pontos em novembro — quando expira o acordo emergencial —, significará uma renúncia fiscal estimada em R\$ 342 milhões. A disposição do governo era conceder redução de 3 pontos percentuais, mas acabou concordando com os 4 pontos para compensar a indústria por 100 mil veículos já faturados às revendas.

O acordo representa um alívio para a indústria automotiva, que espera uma reativação das suas vendas, e dos sindicatos dos trabalhadores, que arrancaram o compromisso de manutenção dos

empregos no setor pelo menos até o final de novembro. A indústria também se comprometeu a não elevar os preços dos automóveis. Convém lembrar que acordo semelhante, com prazo de 90 dias, foi acertado em fevereiro e prorrogado em maio de 1999, quando a retração do mercado abarrotou os pátios das montadoras e das revendas.

O quadro atual se assemelha ao daquele ano. Segundo a Anfavea, a associação que reúne as montadoras de veículos, no final de junho havia 160 mil unidades em estoque nas fábricas e na rede de concessionárias, volume que correspondia a 49 dias de vendas. Os dados correspondentes a julho ainda não foram divulgados pela entidade.

Grosso modo, pode-se calcular que a cada ponto percentual a menos no IPI corresponda pelo menos uma redução equivalente no preço final de um veículo das categorias contempladas. Também é permitido supor que a

redução financeira, com impacto psicológico sobre o ânimo dos consumidores, se somem algumas iniciativas da indústria automotiva, que terá a oportunidade de, aproveitando a deixa, realizar campanhas de promoção de vendas.

A combinação desses fatores cria condições para que, no período de vi-

gência do acordo, surja uma “bolha” de consumo, com inegável efeito positivo sobre toda a cadeia automotiva. Afinal, a indústria automobilística emprega, em toda a sua cadeia, cerca de

1,3 milhão de pessoas, segundo recente estudo realizado pela Anfavea. Além disso, envolve mais de 200 mil empresas de variados portes e setores de atividade, que vão da produção de aço à fabricação de autopeças, pneus e acessórios, sem contar as revendas, oficinas mecânicas e outras. A participação da indústria automotiva na formação do PIB nacional é de 3%, enquanto seu pe-

so no PIB industrial chega a 11%, segundo o mesmo estudo.

A relevância da indústria automobilística para a economia nacional justifica a concessão deste benefício, mas medidas desse tipo não devem se restringir a este setor. Aliás, integrantes do primeiro escalão sinalizam que há no governo disposição de conceder facilidades, via renúncia fiscal e financiamento, para outras cadeias produtivas — entre as quais a da siderurgia e de papel e celulose — e para empresas exportadoras. As autoridades favoráveis à idéia partem da premissa de que, se num primeiro momento a redução de alíquotas provoca queda na arrecadação de tributos, em médio prazo esta se recupera graças ao aumento da produção.

Contudo, medidas tópicas, por si só, não são suficientes para estimular a reativação da economia, que é o grande anseio da sociedade brasileira. Essas iniciativas devem ser complementadas por outras, que impactem a economia como um todo e lancem as bases para a retomada do crescimento.

O setor produtivo continua sufocado pelas altas taxas de juros e escassez do crédito. Entendemos que há condições para uma redução mais ousada da taxa básica de juros (Selic), pois o objetivo primordial da política monetária — a queda da inflação — foi atingido, como demonstra o comportamento dos índices de preços. Além disso, um corte no recolhimento compulsório, ao Banco Central, de 60% dos depósitos à vista no sistema bancário também contribuiria para aumentar a oferta e reduzir o custo do crédito para as empresas e para os consumidores.

Espera-se que o governo também acate as sugestões elaboradas por empresários e sindicalistas, que integram o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), com vistas à indução ao aquecimento da economia. Essas medidas contemplam, entre outras iniciativas, a concessão de subsídios à construção de moradias para a população de baixa renda.

Para imprimir, enviar ou comentar, acesse:
www.gazetamercantil.com.br/editorial